



NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Proposta de abertura das Comunidades Europeias não consegue fazer avançarem as negociações sobre agricultura	01
Negociações sobre NAMA avançam para principais questões	03
Enfoque em energia revitaliza debate na Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável	04
Órgão de Exame de Políticas Comerciais da OMC analisa situação do Uruguai	05

NOTÍCIAS REGIONAIS

Venezuela: saída da Comunidade Andina e entrada no Mercosul	06
Conflito com companhia petrolífera dos EUA leva negociações entre Equador e EUA a impasse	07

BREVES REGIONAIS

Avançam as negociações sobre o Código Aduaneiro do Mercosul	08
Iniciam-se conversações entre Mercosul e Rússia	09

EVENTOS

Fóruns Multilaterais	09
Fóruns Regionais	10
Outros Fóruns	10

INFORMAÇÕES ÚTEIS	12
--------------------------	----

FIQUE DE OLHO!	12
-----------------------	----

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Proposta de abertura das Comunidades Europeias não consegue fazer avançarem as negociações sobre agricultura

O presidente do Comitê de Negociações Agrícolas da OMC declarou, no último dia 19 de maio, que os avanços obtidos pelos Membros nas negociações eram pouco expressivos. Além disso, considera que ainda é necessário muito trabalho para que os Membros alcancem um acordo quanto a uma estrutura mínima com números de referência para cortes de subsídios e tarifas agrícolas. Nem mesmo os sinais enviados pelas Comunidades Europeias (CE) de que poderiam tornar sua oferta sobre acesso a mercados mais atraente mostraram-se capazes de superar o impasse nas negociações.

Após meses praticamente sem mudanças em seus posicionamentos, os negociadores testemunharam um raro momento de excitação, na terceira semana de maio, quando delegados das CE sugeriram que Bruxelas estaria disposta a ampliar, ainda que com extensão limitada, sua oferta para o corte de tarifas agrícolas. Até então, diversos países atribuíam o impasse nas negociações à falta de vontade das CE de ampliarem sua oferta sobre acesso a mercados de produtos agrícolas. Desde o anúncio, no entanto, as CE têm dado sinais contraditórios.

Em uma declaração divulgada no final do dia 24 de maio, o Embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) na OMC, Peter Allgeier, afirmou que os "pequenos aprimoramentos" não especificados, com que acenavam as CE, não seriam suficientes para a criação de novos fluxos comerciais. Os EUA mantêm a tese de que as CE precisariam chegar a um meio termo entre a proposta de redução do G-20 (54%) e a sua própria proposta, a qual resultaria em um corte médio acima de 60%.

A última semana foi marcada por uma interrupção temporária nas negociações em Genebra, pois os representantes de muitas das delegações dos Membros foram à Paris para a Cúpula da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

(OCDE). Também se dirigiram à cidade os Ministros e funcionários seniores de diversos países, dentre os quais se incluem alguns países em desenvolvimento (PEDs) que não fazem parte do grupo de países mais industrializados da OCDE. Embora os Ministros de Comércio da Austrália, dos EUA e do Quênia tenham participado da reunião juntamente com Mandelson, os representantes da Índia e do Brasil não estiveram presentes - fato atribuído, por delegados indianos, à falta de progressos nas negociações. Diversas consultas informais sobre questões da OMC foram realizadas paralelamente aos eventos da cúpula da OCDE.

Novas simulações demonstram o impacto das propostas existentes.

No dia 22 de maio, foram circulados, para as delegações de todos os Membros, os resultados de um novo exercício informal de simulação dos efeitos das principais propostas referentes à agricultura sobre as políticas atuais de subsídios e de tarifas de um pequeno grupo de Membros. Os resultados dessa simulação foram analisados por um grupo de representantes comerciais de 12 países, em Genebra, no dia 17 de maio.

Os delegados dos PEDs em Genebra declararam que os cálculos sobre apoio doméstico apenas confirmavam o que eles já sabiam: as propostas das CE, dos EUA e do Japão terão pouco, ou nenhum, efeito sobre o montante de recursos que tais países planejam conceder para seus agricultores nos próximos anos.

O Canadá, por sua vez, realizou uma simulação para avaliar as implicações das propostas relativas a apoio doméstico dos EUA, das CE, do G-10 (que inclui o Japão) e do G-20 para os três maiores concedentes de subsídios da OMC. Os resultados revelaram que somente a proposta do G-20 exigiria que os EUA realizassem cortes nos seus níveis atuais de subsídios.

De acordo com os resultados das simulações, as CE teriam seu nível de apoio doméstico distorcivo do comércio reduzido de € 58,1 bilhões (gastos efetivos em 2004) para um limite de € 22 a € 34 bilhões. Embora estes cortes pareçam substanciais, na prática, seriam necessários apenas poucos ajustes nas práticas das CE. Isso porque, na reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que se encontra em curso, já existe um projeto de reduzir, nos próximos anos, os subsídios que distorcem o comércio para níveis abaixo daqueles previstos pelas propostas em negociação. A redução prevista pela reforma será realizada, em grande parte, por meio da desvinculação dos pagamentos das metas de produção - o que

ocasionará a transferência dessas medidas para a "caixa verde". Os subsídios da "caixa verde" são aqueles isentos das obrigações de redução tarifária, posto que distorcem o comércio de forma mínima. Nesse sentido, as CE se opuseram às tentativas de revisão dos critérios de elegibilidade para a referida caixa.

Um exercício similar conduzido pela Austrália examinou as tarifas agrícolas aplicadas por Austrália, Brasil, Canadá, CE, Índia, Japão e EUA. Os resultados demonstraram que, para a Austrália, o Brasil e a Índia, as quatro grandes propostas sobre a mesa (do G-10, das CE, do G-20 e dos EUA) os deixariam com tarifas médias consolidadas ainda maiores que a média das aplicadas atualmente.

A utilização das tarifas aplicadas nas simulações foi objeto de reclamação pela Índia, que, não obstante, resolveu não bloquear a circulação dos resultados entre todos os Membros. Muitos países estão relutantes em discutir tarifas aplicadas, as quais são frequentemente consideradas mais baixas do que as tarifas máximas consolidadas. Isso ocorre porque os compromissos de redução de subsídios e tarifas da OMC têm tomado como referência as tarifas consolidadas. Assim, diversos Membros temem que um enfoque sobre tarifas aplicadas possa abrir caminho para a adoção de uma fórmula que acabe por penalizá-los por eventuais liberalizações autônomas.

As discussões sobre tarifas consolidadas versus tarifas aplicadas, frequentemente, são refletidas nas discussões sobre subsídios, nas quais os PEDs contestam as demandas dos países ricos por acesso "real" a mercados com a alusão à ausência de cortes "reais" de subsídios.

Opções para os Ministros

O encontro do último dia 19 com todas as delegações na OMC, em Genebra, marcou o fim da terceira semana (numa série de seis) de intensas negociações, com o objetivo de se alcançar um acordo sobre as modalidades.

O presidente do Comitê de Negociações, Embaixador Crawford Falconer, da Nova Zelândia, apresentou duas opções que poderiam ser utilizadas para permitir que os Ministros tomem uma decisão sobre um pacote de modalidades finais. A primeira opção seria oferecer aos Ministros uma minuta mínima que indique em seu texto pontos de desacordo entre colchetes. Neste caso, os Ministros precisariam fazer as escolhas políticas necessárias para chegarem a um consenso. A segunda opção, por sua vez, seria oferecer-lhes cenários alternativos, com a previsão das vinculações

específicas entre a profundidade dos cortes tarifários e de subsídios. Os Ministros teriam, desta forma, que decidir sobre os trade-offs apropriados.

Crawford Falconer deve apresentar, nesta semana, um novo "texto de referência" sobre apoio doméstico, com a descrição das áreas já acordadas e daquelas ainda objeto de desacordo, além de uma possível minuta de acordo. A partir de então, os negociadores se debruçarão sobre os temas incluídos no texto apresentado. As discussões sobre acesso a mercados, por sua vez, deverão ser retomadas no próximo dia 5 de junho.

ontes, em Genebra, permanecem em dúvida sobre a possibilidade de se alcançar um acordo sobre agricultura no prazo previsto, visto que, segundo o plano de trabalho de Crawford Falconer, restam apenas três semanas. Algumas fontes sugerem, no entanto, que, embora um acordo sobre as modalidades seja possível até o meio de junho, seu formato ainda não está claro.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Fontes consultadas

AFX NEWS. Australia's Vaile says WTO colleagues welcome EU flexibility. 23/maio/2006.

BLOOMBERG. WTO Ministers Seek Common Ground to Resuscitate Stalled Talks. 23/maio/2006.

FINANCIAL EXPRESS. India, Brazil opt out of WTO meet. 22/maio/2006.

FINANCIAL TIMES. EU signals bigger cuts in farm tariffs in Doha round. 20/maio/2006

REUTERS. Trade talk impasse: EU makes move. 23/maio/2006.

WTO REPORTER. Simulations Show Projected Impacts Of Proposed Cuts in Ag Subsidies, Tariffs. 18/maio/2

Negociações sobre NAMA avançam para principais questões

No dia 19 de maio, o presidente do Comitê de Negociações sobre Acesso a Mercados de Produtos Não Agrícolas (NAMA, na sigla em inglês), Embaixador Don Stephenson, do Canadá, relatou aos Membros da OMC que a última semana de intensas negociações sobre NAMA resultou em poucos avanços concretos.

Apesar da ausência de acordo sobre várias questões menores discutidas pelos negociadores nas últimas semanas, Don Stephenson solicitou que os Membros passassem a negociar também as principais modalidades. Estas determinarão a extensão dos

cortes das tarifas industriais que os países terão de realizar, a quantidade de produtos que os países em desenvolvimento (PEDs) poderão excluir da fórmula geral de redução tarifária e o tratamento a ser dado às linhas tarifárias ainda não consolidadas. O presidente do Comitê insistiu que a possibilidade de estabelecimento de um acordo, até o meio de junho, permanece "factível".

De acordo com o cronograma estabelecido por Don Stephenson, no fim de abril, - que previa a realização de seis semanas de contínuas negociações sobre NAMA, antes de voltarem suas atenções para questões mais polêmicas -, os Membros deveriam chegar a um acordo sobre diversas questões menores. Isso possibilitaria que alcançassem um acordo sobre as modalidades até o dia 16 de junho.

Até o momento, contudo, eles não tiveram êxito na empreitada. As consultas mais recentes mostraram-se infrutíferas sobre questões como a determinação das exceções ao tratamento tarifário, padrões que serão concedidos aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), economias pequenas e vulneráveis e países que consolidaram menos de 35% de suas linhas tarifárias. Os Membros não foram capazes nem mesmo de chegarem a um acordo sobre o estabelecimento da lista de compromissos na qual os países desenvolvidos terão de indicar a forma pela qual cumprirão suas obrigações de conceder acesso a seus mercados isento de quotas e tarifas para as exportações dos PMDRs.

Don Stephenson, contudo, solicitou aos Membros que voltassem suas atenções para as questões centrais. Além disso, o embaixador canadense realizará encontros sobre esses temas a partir desta semana. Ele reconheceu que o nível de ambição final em NAMA estará inevitavelmente vinculado às negociações sobre agricultura (também paralisadas), mas sugeriu que as discussões propostas não podem mais ser adiadas.

Um delegado sugeriu que uma mudança de enfoque para questões mais centrais e definidoras do nível de ambição poderia, de fato, levar a avanços nas negociações. O negociador explicou que a discussão das exceções antes da definição do pacote total é difícil, assim, definir o tratamento tarifário mais flexível a ser concedido, por exemplo, às economias pequenas e vulneráveis seria muito complexo sem uma idéia sobre as flexibilidades que serão disponibilizadas para todos os PEDs. A suspensão temporária das discussões sobre exceções e a concentração das negociações em temas mais ambiciosos poderiam, desta forma, ser proveitosas.

De qualquer forma, os Membros estão profundamente divididos sobre as principais modalidades. Os Estados Unidos da América (EUA) e as Comunidades Européias (CE) têm solicitado que os PEDs utilizem uma "fórmula suíça simples" de redução tarifária associada a um coeficiente 15. Isso reduziria todas as tarifas industriais a níveis abaixo dos 15%, com redução mais acentuada para tarifas mais elevadas. Além disso, também exigiria cortes para tarifas que já estivessem abaixo dos 15%. Apesar de o Brasil e a Índia permanecerem formalmente comprometidos com uma fórmula que vincularia as tarifas futuras de cada Membro ao seu nível atual de tarifas médias; informalmente, eles aventaram a possibilidade de aceitar um teto de 30% para as tarifas dos PEDs. Um coeficiente 15 reduziria uma tarifa de 10% para 6%, enquanto um coeficiente 30 reduziria a mesma tarifa para 7,5%.

Os EUA e as CE propuseram um teto tarifário absoluto de 10% para os países desenvolvidos. O Brasil e a Índia argumentaram que um coeficiente 15 forçaria os PEDs a fazerem ajustes muito maiores do aqueles exigidos dos países industrializados por um coeficiente 10.

Por sua vez, diversos PEDs têm demandado a possibilidade de reduzirem apenas pela metade do requerido pela fórmula geral as tarifas de 10% de suas linhas tarifárias ou, mesmo, excluir totalmente da redução 5% de tais linhas, de acordo com o Parágrafo 8 do mandato para as negociações sobre NAMA do Anexo B do Pacote de Julho de 2004 (WT/L/579). No entanto, muitos países desenvolvidos e alguns PEDs acreditam que os Membros deveriam desistir desses tipos de flexibilidade em troca de um coeficiente mais elevado para a fórmula de redução - o que resultaria em um teto tarifário mais alto.

Don Stephenson declarou aos delegados que eles deveriam criar as condições para que os ministros possam definir os números específicos, por meio da resolução de outros pontos das negociações.

Fontes declararam que Don Stephenson negou os rumores de que planejasse apresentar um "texto da coordenação dos trabalhos" (chair's text), com a previsão das eventuais modalidades passíveis de acordo, ao enfatizar que isso simplesmente não seria possível neste momento. Ressaltou, ainda, que os Membros precisariam diminuir as diferenças entre suas posições para dar-lhe material suficiente para elaboração e apresentação, sob sua responsabilidade, de um texto para negociação.

Alguns delegados esperam que lhes sejam apresentadas, durante os encontros dos dias 23 e 24

de maio, algumas diretrizes para a superação do atual impasse nas negociações. Os referidos encontros, que ocorrerão paralelamente à Cúpula da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, reunirão negociadores comerciais de alto nível provenientes de diversos Membros da OMC. Outros delegados, contudo, não esperam que essas discussões tenham qualquer resultado significativo.

Nesta semana, Don Stephenson deverá dar prosseguimento às consultas em pequenos encontros que reúnem os defensores mais vigorosos de algumas propostas e seus oponentes mais expressivos. Além disso, também se espera que continuem os encontros abertos a todas as delegações. Ademais, o embaixador canadense promoverá as chamadas reuniões "confessionais", nas quais se encontra com cada delegação, para questioná-la sobre o que considera como ponto mais importante nas negociações. As discussões sobre as questões centrais (a fórmula de redução tarifária, as flexibilidades para os PEDs e as tarifas não consolidadas) foram iniciadas no dia 29 de maio.

Reportagem do ICTSD. Tradução da DireitoGV.

Enfoque em energia revitaliza debate na Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável

Durante a 14ª Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, organizações governamentais, não-governamentais e representantes da indústria divergiram sobre a importância dos combustíveis fósseis e da energia renovável para o desenvolvimento industrial. Ao longo da reunião, que ocorreu entre os dias 1º e 12 de maio em Nova Iorque, também houve controvérsia sobre o papel do setor privado e da regulamentação governamental para o desenvolvimento industrial.

A 14ª Sessão anual da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável teve como foco questões relacionadas à energia, dentre as quais segurança energética, energia renovável, desenvolvimento industrial, poluição e mudanças climáticas. A Comissão foi criada para conduzir os trabalhos da Agenda 21, um programa de ação para o desenvolvimento sustentável adotado durante a Cúpula da Terra de 1992 (Eco-92), no Rio de Janeiro.

Grupos industriais solicitaram novas regulamentações que estimulassem investimentos privados em serviços

de energia - o que incitou vários países africanos a expressarem seu ceticismo acerca da capacidade de fornecimento de energia pelo setor privado. Os países em desenvolvimento do G-77 ressaltaram que as políticas energéticas futuras precisarão levar em consideração tanto preocupações ambientais como questões relacionadas ao desenvolvimento.

Diversos países em desenvolvimento cujos territórios se restringem a ilhas ressaltaram os impactos da utilização da energia sobre as mudanças climáticas e suas perspectivas de desenvolvimento. Delegados e analistas sugeriram que uma mudança para plantações dirigidas para a produção de biocombustíveis poderia auxiliar tais países a compensarem as reduções nas exportações de produtos tradicionais causada pela erosão de preferências tarifárias resultante da Rodada Doha. A Suíça repetiu esses pontos e ainda sugeriu que o tratamento especial e diferenciado para os referidos países, no âmbito da OMC, poderia suavizar o impacto do ajuste e auxiliá-los na reforma de seus setores energéticos.

O G-77 ressaltou que a utilização de energia renovável poderia ser promovida pelo aumento dos incentivos e pela remoção dos desincentivos para seu uso, como, por exemplo, através do encorajamento de transferência e intercâmbio de tecnologias de energia renovável e pela remoção de subsídios para o uso de combustível fóssil. Grandes exportadores de petróleo e derivados, dentre os quais Cazaquistão, Kuwait e Arábia Saudita, afirmaram que os combustíveis fósseis consistem em uma realidade imutável. Em seu discurso para a assembléia, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, lembrou que as negociações multilaterais sobre bens ambientais poderiam facilitar a propagação de tecnologias para produção de energia renovável, o que teria impactos positivos sobre o desenvolvimento sustentável.

Boletins diários foram disponibilizados pelo IISD, v.: <http://www.iisd.ca/csd/csd14/>.

Os documentos referentes à 14ª Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis em: <http://www.un.org/esa/sustdev/csd/review.htm>.

Reportagem do ICTSD. Tradução e adaptação da DireitoGV.

Fonte consultada:

Environmental Negotiations Bulletin, v. 5, n. 238, 15/maio/2006.

Órgão de Exame de Políticas Comerciais da OMC analisa situação do Uruguai

Nos dias 17 e 19 de maio, o Órgão de Exame de Políticas Comerciais da OMC reuniu-se para discutir o relatório de práticas e políticas comerciais do Uruguai. O relatório, que foi elaborado pelo Secretariado da OMC, além de ressaltar pontos positivos e negativos da política uruguaia, indica a tendência atual de privilegiar a celebração de acordos bilaterais de comércio.

Esta é a 3ª vez que o Uruguai submete sua política comercial à revisão da OMC - a última havia ocorrido em 1998. O relatório indica que o Uruguai apresentou forte retração econômica entre 1999 e 2002, anos em que o seu Produto Interno Bruto (PIB) caiu seguidamente, em taxas anuais de 2,8%, 1,4%, 3,4% e 11%. Tal retração foi causada tanto por fatores internos (epidemias de febre aftosa, em outubro de 2000 e abril de 2001, que comprometeram o setor pecuarista) como por fatores externos (as crises econômicas de Brasil e Argentina, em 1999 e 2001, respectivamente).

O Uruguai, contudo, retomou o crescimento econômico a partir de 2003, quando sua economia cresceu 2,2%. Essa tendência foi verificada também em 2004 (12,3%) e em 2005 (6,6%). Segundo o relatório, o principal fator que permitiu ao Uruguai alcançar tais índices de crescimento foram as reformas macroeconômicas adotadas pelo país. Dentre tais reformas incluem-se a redução do gasto público (em 2005, o Uruguai obteve um superávit primário de 3,5% do PIB), a adoção da liberdade cambial (em junho de 2002) e a maior liberalização comercial (o total de exportações e importações de bens e serviços aumentou 17,1% de 1998 para 2004).

O relatório também destaca que os setores agrícola e de serviços são os principais suportes da economia uruguaia. O primeiro respondeu por 69% do total de exportações, em 2004, e está sujeito a maiores medidas protecionistas do que outros setores. Nesse sentido, a tarifa média para as importações de produtos agrícolas é de 9,7%, nível superior à média nacional de 9,3%; além disso, também são estabelecidos preços mínimos de importação e aplicadas medidas antidumping (principalmente para açúcar e óleos). Dentre os produtos agrícolas de maior expressão para o Uruguai destacam-se a carne bovina, os cereais, os laticínios e a lã. O setor de serviços, por sua vez, correspondeu a 62% do PIB, em 2004, e conta com forte participação do poder público, principalmente no setor bancário e de telecomunicações.

No que se refere às exportações, o relatório ressalta a mudança nos principais destinos das exportações

uruguaias. Enquanto o Brasil deixou de ser seu principal destino (entre 1998 e 2004, as importações brasileiras de produtos uruguaios caíram 17,3%), os Estados Unidos da América (EUA) recebem, hoje, 20,6% das exportações uruguaias (ante 5,8% em 1998). Com relação às importações do Uruguai, contudo, os países do Mercosul ainda são os principais parceiros comerciais do país. Os produtos argentinos e brasileiros respondem, respectivamente, por 21,7% e 22% das importações uruguaias.

Essa mudança nos parceiros comerciais do Uruguai reflete a mudança de postura desse país quanto às negociações sobre comércio internacional. De fato, o relatório do governo uruguaio apresentado ao Órgão de Exame de Políticas Comerciais da OMC, embora considere o Mercosul como prioridade estratégica, ressalta a importância da celebração de acordos bilaterais como instrumento para ampliação de mercados e atração de investimentos (v., por exemplo, artigo sobre as negociações entre EUA e Uruguai em Pontes Quinzenal, v. 1, n. 9, 19/05/06). O relatório do Secretariado, contudo, nota que, desde sua entrada no Mercosul, a política comercial do Uruguai tem sido amplamente influenciada pelas políticas regionais do bloco.

O relatório também identifica aspectos negativos na implementação da política comercial do Uruguai. De um lado, a ocorrência de atrasos, por parte do Uruguai, em notificar a OMC quanto a decisões tomadas nas áreas de agricultura, subsídios e medidas compensatórias. De outro, a existência de diferenças de tratamento entre importações e produtos domésticos quanto à aplicação de determinados impostos, especificamente, o Imposto de Valor Agregado (IVA) e o Imposto Específico Interno (IMESI).

Por fim, no que se refere à estrutura tarifária do Uruguai, o relatório do Secretariado indica que o Uruguai tem tarifas aplicadas para 11.002 linhas tarifárias de 10 dígitos - todas já consolidadas perante a OMC. Ainda de acordo com o relatório, das linhas tarifárias do Uruguai:

- quase 13% são isentas de tarifas;

aproximadamente 55% são sujeitas a tarifas abaixo dos 10% (das quais 22% são sujeitas a tarifas de 2% ou menos); e

- 26% prevêem tarifas acima de 15%.

Destas, apenas as linhas de 3 produtos formam picos tarifários: dois de açúcar (cujas tarifas são de 35%) e pêssegos em conserva (cujas tarifas equivalem a 55%). Além dos picos tarifários, os seguintes bens

estão sujeitos a tarifas relativamente mais altas na estrutura tarifária do Uruguai: armas e munição; calçados e chapéus; têxteis e vestuários; e ingredientes alimentares.

Por fim, cabe ressaltar que a estrutura tarifária do Uruguai deixa entrever uma certa escalada. Isso porque as tarifas aplicadas sobre as importações de matérias-primas (6,8%) são menores que as aplicadas sobre os produtos semi-processados (8,8%), as quais, por sua vez, são menores que as tarifas exigidas das importações de bens finais (10,3%).

Na página eletrônica da OMC, já estão disponíveis os relatórios preparados pelo Secretariado e pelo governo uruguaio. A ata da reunião em que foi discutida a política comercial Uruguai e que apresentará os comentários pelos Membros da OMC, no entanto, será divulgada 6 semanas após a data de sua realização (ou seja, na primeira semana de julho deste ano).

Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

OMC. Concluding remarks by the Chairperson. 17 e 19 de maio de 2006. Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp264_crc_e.htm.

OMC. Trade Policy Review: Secretariat Report: Uruguay. 12 de abril de 2006. WT/TPR/S/163. Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s163-0_e.doc.

OMC. Trade Policy Review: Report by Uruguay. 12 de abril de 2006. WT/TPR/G/163. Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/g163_e.doc.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Venezuela: saída da Comunidade Andina e entrada no Mercosul

Após a Venezuela ter comunicado, formalmente, sua saída da Comunidade Andina de Nações (CAN), o grupo *ad hoc* para acesso do país ao Mercosul acabou de finalizar as negociações para o estabelecimento dos termos de sua entrada no bloco.

No último dia 22 de abril de 2006, a Secretaria Geral da CAN recebeu a comunicação oficial do Chanceler venezuelano em Lima de denúncia dos acordos do bloco. O comunicado, que já foi circulado para os países parte do acordo e os órgãos do Sistema Andino de Integração, além de conter a decisão, especifica

também suas razões (v. Pontes Quinzenal, v. 1, n. 8, 04/maio/06).

Após ter recebido o comunicado, o Secretario Geral da CAN, Embaixador Allan Wagner Tizón, lembrou que, nos termos do Acordo de Cartagena, a Venezuela ainda precisará manter, por um prazo de 5 anos, os compromissos assumidos de acordo com o programa de liberalização comercial do bloco. As condições desta etapa de transição precisarão ser estabelecidas pela Comissão da CAN.

Enquanto isso, no último dia 23 de maio, foram concluídas as negociações para adesão da Venezuela ao Mercosul. Como resultado das negociações, foi elaborado um Protocolo de Adesão, no qual são definidos os compromissos, as etapas do processo de integração, os prazos para a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco pela Venezuela e para a liberalização do comércio entre Venezuela e as demais partes do bloco, tendo em vista os princípios da flexibilidade e do respeito às assimetrias.

De acordo com o art. 3º do Protocolo de Acesso, a Venezuela adotará a normativa já vigente do Mercosul, de forma gradual, dentro de um prazo de até 4 anos a partir da entrada em vigor do Protocolo, de acordo com um cronograma a ser estabelecido. O país terá o mesmo prazo para adotar a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a TEC (art. 4º), cuja implementação seguirá cronograma a ser definido por um grupo de trabalho em até 210 dias após a assinatura do Protocolo (art. 11).

A liberalização comercial, por sua vez, deverá ser realizada conforme o seguinte cronograma (art. 5º):

Fluxo comercial e Prazos:

O prazo para a liberalização de produtos em geral é:

- De Argentina para Venezuela: 1/1/2010
- De Brasil para Venezuela: 1/1/2010
- De Paraguai para Venezuela: 1/1/2013
- De Uruguai para Venezuela: 1/1/2013
- De Venezuela para Argentina: 1/1/2012
- De Venezuela para Brasil: 1/1/2012
- De Venezuela para Paraguai: 1/1/2012
- De Venezuela para Uruguai: 1/1/2012

O prazo para liberalização de produtos sensíveis é:

- De Argentina para Venezuela: 1/1/2014
- De Brasil para Venezuela: 1/1/2014
- De Paraguai para Venezuela: 1/1/2014
- De Uruguai para Venezuela: 1/1/2014

- De Venezuela para Argentina: 1/1/2014
- De Venezuela para Brasil: 1/1/2014

Durante o período de transição até a adoção integral do Regime de Regras de Origem do Mercosul, a Venezuela seguirá o regime previsto no Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 59, o qual deverá ser extinto até 1º de janeiro de 2014 (art. 6º).

O art. 9º do Protocolo, por sua vez, reafirma o compromisso das Partes em trabalhar de forma conjunta para a identificação e a aplicação de medidas destinadas a impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna para seus povos.

Por fim, o art. 12 do Protocolo estabelece que sua entrada em vigor ocorrerá 30 dias depois do depósito do último instrumento de ratificação, momento em que a Venezuela adquire o status de Estado parte do Mercosul (art. 10). Até então, representantes da Venezuela integrarão as delegações do Mercosul nas negociações de que participa (art. 8º).

Reportagem da DireitoGV.

Fontes consultadas:

MRE. Nota à imprensa n.º 327. Adesão da Venezuela ao Mercosul. 24/maio/2006. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle.asp?ID_RELEASE=3769.

Secretaria Geral da CAN. Nota à imprensa. Secretaria General de la CAN recibió comunicación oficial de retiro de Venezuela. 22/abr/2006. Disponível em <http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np22-4-06a.htm>

Conflito com companhia petrolífera dos EUA leva negociações entre Equador e EUA a impasse

Após o governo equatoriano ter rescindido o contrato com a empresa petrolífera de origem estadunidense Occidental Petroleum Corporation (OXY), no último dia 15 de maio, as negociações comerciais para a assinatura de um acordo comercial entre o Equador e os Estados Unidos da América (EUA) foram suspensas unilateralmente pelos EUA. Espera-se, contudo, que elas sejam retomadas pelo próximo governo equatoriano.

Depois de uma disputa de dois anos, o governo equatoriano concluiu que a OXY transferiu de forma

ilegal, no ano de 2000, 40% do Bloco 15 (área de exploração petrolífera) para a empresa canadense Encana Corporation. Após a violação do contrato, o governo equatoriano assumiu, no dia 18 de maio, o controle total das operações da OXY no Bloco 15, responsável por 20% da produção petrolífera do Equador.

Ademais, a OXY foi denunciada por extrair petróleo de campos nos quais não tinha autorização para operar. Segundo Gustavo Pinto (presidente do Colegio de Ingenieros Geólogos, en Minas, Petróleos y Ambiental), a OXY perfurou três poços na estrutura Yuturi sudeste, embora tivesse autorização para operar apenas no campo Edén-Yuturi.

Apesar de as autoridades comerciais dos EUA terem manifestado seu interesse na finalização das negociações comerciais com o Equador, não ocultaram o fato de a decisão tomada pelo governo equatoriano a respeito da OXY ter tido conseqüências sobre as negociações. Ao ser consultado sobre a possibilidade de o Executivo dos EUA haver desistido de negociar um acordo comercial com o Equador, o Representante Comercial daquele país, Robert Portman, declarou que seu governo ainda tinha interesse em um eventual acordo, mas que isso se tornava difícil diante de determinadas atitudes do governo equatoriano em relação a investimentos legítimos dos EUA.

Para o negociador chefe do Equador, Manuel Chiriboga, caso os EUA não retomassem as negociações comerciais antes do dia 15 de maio, seria impossível para a presente administração do Equador concluir o acordo. A única alternativa, portanto, seria consolidar tudo o que já foi negociado em um texto a ser protocolado e entregue ao Presidente Alfredo Palácio, para que sirva de base quando da retomada das negociações. Manuel Chiriboga expressou sua preocupação com a paralisação das negociações. Além disso, afirmou que a falta de sucesso na negociação de um acordo comercial com os EUA e a não extensão das preferências comerciais da Lei de Promoção do Comércio e Erradicação das Drogas geraria perdas de aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB), para seu país.

No mesmo sentido, o Ministro do Interior, Felipe Vega, afirmou que a decisão dos EUA de interromper as conversações do acordo comercial "é uma sanção, uma chantagem inaceitável". Afirmou, ainda, que "a interrupção unilateral das negociações é uma sanção que nos aplicam os EUA, porque não permitimos que se mantenha este status ilegal, ilegítimo e lesivo às normas que regulam as relações entre as empresas e o Estado".

A reação da OXY, que não tardou, foi apresentar perante o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID, na sigla em inglês) do Banco Mundial, uma demanda contra o Estado equatoriano. Na demanda, a empresa pede US\$ 1 bilhão pelos danos ocasionados pela decisão equatoriana e solicita o restabelecimento das condições sob as quais extraía petróleo no país. A demanda tem, além disso, o efeito de dificultar a possibilidade de o Equador iniciar um processo licitatório para transferir os campos petrolíferos para outra empresa, dado que é difícil que alguma empresa se interesse pela aquisição de campos sob litígio.

Por outro lado, líderes de movimentos sociais e indígenas do Equador que se manifestaram, nos últimos dias, nas ruas, a favor do cancelamento do contrato que o governo equatoriano mantinha com a OXY, aprovaram a decisão do governo de rescindi-lo.

Reportagem de ICTSD e CINPE. Tradução da DireitoGV.

Fontes consultadas:

Jornada México. Demanda OXY arbitraje internacional contra Ecuador. 18/maio/2006. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2006/05/18/031n2eco.ph>. Consulta em 20/05/2006.

Terra. EEUU dice que aún está interesado en negociar con Ecuador. 17/maio/2006. Disponível em: http://actualidad.terra.es/nacional/articulo/eeuu_ecuador_interesado_negociar_884785.htm.

Prensa Latina. García, L. Salida de la OXY entierra TLC Ecuador-EEUU. 20/maio/2006. Disponível em: <http://www.prensalatina.com.mx>.

La Hora. Oxy extrajo crudo fuera de su área. 20/maio/2006. Disponível em: <http://www.lahora.com.ec/frontEnd/main.php?idSeccion=430384>.

BREVES REGIONAIS

Avançam as negociações sobre o Código Aduaneiro do Mercosul

No último dia 23 de maio, o governo argentino, atualmente responsável pela Presidência Pro Tempore do Mercosul, divulgou que, na última semana, o Grupo de Alto Nível encarregado de estabelecer as linhas gerais do Código Aduaneiro do bloco avançou nas definições sobre os pontos mais sensíveis da negociação. O Grupo, que é composto por representantes dos quatro Estados partes, deverá se

reunir, no dia 12 de junho, em Buenos Aires, para finalizar a negociação sobre um ponto pendente e elaborar o documento a ser utilizado para a redação do Código.

A consolidação de um Código Aduaneiro possibilitará que a união aduaneira seja definitivamente formada e a cobrança dupla da Tarifa Externa Comum seja eliminada. Estima-se que isso possibilite, em 2008, a implementação efetiva da livre circulação de mercadorias entre os países do bloco.

Os pontos sobre os quais se alcançou um consenso, na última reunião, foram: (i) a definição do marco regulatório das responsabilidades e obrigações dos sujeitos que intervêm no comércio do Mercosul; (ii) a abordagem do regime de saída de mercadorias; (iii) o regime de valoração aduaneira; (iv) as definições gerais sobre os requisitos que devem ser cumpridos pelos despachantes aduaneiros (a regulamentação específica continuará a ser da competência de cada Estado); (v) a inclusão das infrações e dos ilícitos aduaneiros; e, (vi) o âmbito de aplicação do Código e o âmbito jurídico do território aduaneiro. O único ponto que ficou para ser definido, na próxima reunião, consiste na definição de "mar e águas territoriais".

Reportagem da DireitoGV.

Fonte consultada:

MRECIC-Argentina. Información para la Prensa N° 222/06. MERCOSUR define las bases de su Código Aduanero. 23/maio/ 2006. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/prensa.html>

Iniciam-se conversações entre Mercosul e Rússia

Dentre os temas discutidos na última reunião do Mecanismo de Consulta e Concertação Política do Mercosul (MCCP), realizada entre os últimos dias 22 e 23 de maio, destaca-se o estabelecimento do diálogo político entre o Mercosul e a Rússia.

O Embaixador russo Sergei Kislyak, que, em abril, integrou a comitiva do Primeiro-ministro russo Mikhail Fradkov em visita à região, participou, na manhã do dia 22 de maio, da primeira sessão de trabalhos da XLII Reunião Ordinária do MCCP. A agenda de conversações incluiu, além do diálogo político, a avaliação da possibilidade de se dar início a um diálogo energético e a possíveis projetos econômicos de infraestrutura entre Rússia e Mercosul. No contexto do "diálogo político" inserem-se questões sobre conjuntura internacional e regional, o papel do multilateralismo e

os novos desafios da segurança internacional - leia-se, a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

O MCCP é um órgão auxiliar do Mercosul que tem como objetivo ser o foro de formação de sua posição, por meio de grupos de trabalhos e reuniões ministeriais, sobre temas não estritamente comerciais, tais como educação, mercado de trabalho, direitos humanos, migração. Além disso, o MCCP também é o responsável pelo diálogo político extra-regional, isto é, por todas as relações com terceiros países e blocos, como, por exemplo, recentemente com a Rússia e a União Européia. Participam de suas reuniões os Estados partes do bloco e todos os Estados associados.

A próxima reunião do MCCP deverá ocorrer antes da Cúpula de Presidentes dos dias 15 e 16 de junho. Até o fechamento desta edição, não havia a divulgação de reuniões previstas entre a Rússia e os Estados partes do Mercosul.

Reportagem DireitoGV.

Fontes consultadas:

MRECIC-Argentina. Información para la Prensa N° 217/06. Importante visita del Vicecanciller ruso para profundizar relación del MERCOSUR con Rusia. 22/maio/2006. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/prensa.html>. MRECIC-Argentina. Información para la Prensa N° 225/06. Culminaron hoy las jornadas de trabajo del MERCOSUR político. 23/maio/2006. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/prensa.html>

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

http://www.wto.org/english/news_e/meets.pdf.

1º de junho de 2006

Sessão especial do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento.

2 de junho de 2006

Reunião do Comitê sobre Compras Governamentais.

6 a 7 de junho de 2006 Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação de Comércio.

7 de junho de 2006

Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração.
Reunião do Comitê sobre o Comércio de Aeronaves Civis.

7 a 9 de junho de 2006
Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

9 de junho de 2006
Reunião do Comitê de Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio.

12 a 13 de junho de 2006
Sessão especial do Conselho para Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Conselho TRIPS).

12 a 14 de junho de 2006
Sessão especial do Comitê sobre Comércio e Meio-Ambiente.

12 a 23 de junho de 2006
Semana de negociações sobre regras.
14 de junho de 2006
Reunião do Conselho para Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

ONU

31 de maio a 2 de junho de 2006
6º Encontro do Grupo de Trabalho sobre Água e Saúde da Convenção para a Proteção e Uso de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Lagos Internacionais.
Local: Genebra, Suíça.
Informações:
<http://www.unece.org/env/water/meetings/documents.htm#wh>.

5 a 9 de junho de 2006
Reunião do Conselho do Fundo Mundial para o Meio-Ambiente (GEF, sigla em inglês).
Local: Washington DC, Estados Unidos.
Informações:
http://www.gefweb.org/participants/council/Meeting_Schedule/meeting_schedule.html.

9 de junho de 2006
3º Fórum Urbano Mundial.
Local: Vancouver, Canadá.
Informações:
<http://www.unchs.org/wuf/2006/default.asp>.

12 a 16 de junho de 2006
7ª Sessão do processo consultivo informal da ONU sobre oceanos e o Direito do Mar.
Local: Nova Iorque, Estados Unidos.

Informações:
http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/consultative_process.htm.

Outros Fóruns Multilaterais

Banco Mundial

31 de maio a 2 de junho de 2006
Conferência internacional sobre herança cultural.
Local: Shaoxing, China.
Informações:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20935518~menuPK:34482~pagePK:2524753~piPK:51421526~theSitePK:4607,00.html>.

Convenção da ONU para o Combate à Desertificação
29 de maio a 1º de junho de 2006

Conferência Internacional de Pequim sobre a Mulher e a Desertificação.
Local: Pequim, China.
Informações: http://www.iydd.org/index_beijing.htm.

Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas
30 de maio a 2 de junho de 2006
13º Encontro do Painel de Revisão Científica e Técnica da Convenção de Ramsar.
Local: Gland, Suíça.
Informações:
http://www.ramsar.org/strp/strp13_doc01.htm.

FAO

12 a 16 de junho de 2006
1ª Sessão do Conselho Executivo do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura.
Local: Madrid, Espanha.
Informações: <http://www.fao.org/ag/cgrfa/>.

Organização Internacional da Madeira Tropical

29 de maio a 2 de junho de 2006
40ª Sessão da Comissão Internacional da Madeira Tropical.
Local: Mérida, México.
Informações: <http://www.itto.or.jp/live/index.jsp>.

UNCTAD

5 a 9 de junho de 2006
Workshop de treinamento e pesquisa sobre a economia de produção e comércio de commodities.
Local: Dakar, Senegal.
12 a 16 de junho de 2006
23ª Sessão especial do Conselho para o Comércio e Desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

ACP

1º a 2 de junho de 2006
31ª Sessão do Conselho de Ministros ACP - União Europeia (UE).
Local: Port Moresby, Papua Nova Guiné.
Informações:
http://www.acpsec.org/en/agenda/programme_may06.pdf.

CARICOM

29 de maio a 2 de junho de 2006
13ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Serviços.
Local: Granada.
Informações: <http://www.caricom.org/>.

Mercosul

Informações:
<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.htm>.

31 de maio a 1º de junho de 2006
Reunião do Comitê Técnico nº 7 sobre Defesa do Consumidor.
Local: Buenos Aires, Argentina.

1º a 2 de junho de 2006
Reunião plenária do Sub-Grupo de Trabalho nº 9 sobre Energia.
Local: Buenos Aires, Argentina.

5 a 7 de junho de 2006
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 2 sobre Aspectos Institucionais (a confirmar).
Local: Buenos Aires, Argentina.

6 de junho de 2006
Reunião intramercosul Mercosul-Chile (Acordo de Complementação Econômica - ACE - nº 35) e Mercosul-Bolívia (ACE nº 36) (a confirmar).
Local: Montevidéu, Uruguai.

7 a 8 de junho de 2006
Reunião Mercosul-Chile (ACE nº 35) (a confirmar).
Local: Montevidéu, Uruguai.

7 a 9 de junho de 2006
85ª Reunião ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (a confirmar).
Local: Montevidéu, Uruguai.

9 de junho de 2006
Reunião Mercosul-Bolívia (ACE nº 36) (a confirmar).
Local: Montevidéu, Uruguai.

12 a 15 de junho de 2006
4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Código

Aduaneiro do Mercosul.
Local: Buenos Aires, Argentina.

15 a 16 de junho de 2006
43ª Reunião ordinária do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul (a confirmar).
Local: Buenos Aires, Argentina.

16 de junho de 2006
Videoconferência Mercosul-Israel (a confirmar).
Local: Buenos Aires, Argentina.

Outros

24 de maio a 20 de junho de 2006
58º Encontro anual da Comissão Internacional da Baleia.
Organizado pela Comissão Internacional da Baleia.
Local: Frigate Bay, São Cristóvão e Névis.
Informações:
<http://www.iwcoffice.org/meetings/meeting2006.htm>.

30 de maio a 2 de junho de 2006
3º Simpósio internacional sobre gestão transfronteiriça das águas.
Organizado pelo Centro para a Sustentabilidade da Hidrologia de Zonas Semi-Áridas e de Regiões Ribeirinhas em conjunto com a UNESCO.
Local: Ciudad Real, Espanha.
Informações:
<http://www.uclm.es/congresos/twm/IndexS.htm>.

31 de maio a 2 de junho de 2006
Conferência 2006 sobre cidades naturais.
Organizada pelo Centro de Meio-Ambiente da Universidade de Toronto.
Local: Toronto, Canadá.
Informações:
<http://www.environment.utoronto.ca/NaturalCity/>.

4 a 7 de junho de 2006
Conferência sobre o desenvolvimento rural internacional - meios de vida sustentáveis e saúde dos ecossistemas: políticas informadoras, prática e pesquisa.
Organizado pela Universidade de Guelph.
Local: Guelph, Ontário, Canadá.
Informações: www.sleshconference2006.com.

8 a 9 de junho de 2006
Conferência sobre mudança climática e investimentos.
Organizado por Environmental Finance.
Local: Londres, Reino Unido.
Informações: <http://www.environmental-finance.com/conferences/2006/CCAI/intro.htm>.

8 a 10 de junho de 2006
Conferência sobre herança cultural e manejo

sustentável das florestas: o papel do conhecimento tradicional.

Organizado pela União Internacional das Organizações de Pesquisa Florestal.

Local: Florença, Itália.

Informações:

http://www.forestlandscape.unifi.it/chsfm_2006.asp.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Convenção de Roterdã

Entre os dias 19 e 22 de junho deste ano, o Secretariado da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio aplicável a certos Pesticidas e Produtos Químicos Perigosos Objeto de Comércio Internacional (Convenção de Roterdã) promoverá, em Havana, Cuba, um encontro regional, para América Latina e Caribe, a respeito da ratificação e da implementação da Convenção. Maiores informações podem ser obtidas através do site <http://www.pic.int/en/ViewPage.asp?id=405> ou do e-mail pic@pic.int.

Dia mundial do meio-ambiente

No próximo dia 5 de junho, será celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA). O tema e o slogan deste ano - respectivamente, Desertos e desertificação e não abandone os desertos! - fazem referência à escolha do ano de 2006, pela ONU, como o Ano Internacional de Combate à Desertificação. As principais comemorações pelo dia ocorrerão na cidade de Algiers, na Argélia. Em 2007, o Dia Mundial do Meio-Ambiente será comemorado em Tromsø, Noruega. Maiores informações sobre o Dia Mundial do Meio-Ambiente de 2006 podem ser obtidas em http://www.unep.org/wed/2006/english/About_WED_2006/index.asp.

Plano Nacional de Recursos Hídricos

O Ministério do Meio Ambiente - por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e das Comissões Executivas Regionais - realizará, de 22 de maio a 30 de junho, encontros públicos para apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). O primeiro destes encontros ocorreu no Mato Grosso do Sul, no dia 22 de maio, seguido de encontros na Bahia (23 de maio) e no Ceará (24 de maio). Até dia 30 de junho, deverão ser realizados os encontros nos outros estados da federação. Maiores informações sobre os encontros públicos de apresentação do PNRH podem ser obtidas em <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>.

Divulgação de relatórios

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF, em inglês) divulgou, no último dia 18 de maio, um relatório

intitulado Siga o líder: aprendendo com a experiência e melhores práticas nas organizações regionais de administração da pesca. Publicado um dia antes do início da reunião de revisão do Acordo de Recursos Pesqueiros das Nações Unidas, o relatório aponta para a necessidade de reforçar a proteção dos limites de pesca em águas internacionais, de forma a evitar que espécies de peixes ameaçadas de extinção sejam de fato exterminadas. Maiores informações sobre o relatório podem ser obtidas em http://www.panda.org/about_wwf/what_we_do/marine/index.cfm?uNewsID=69120.

O Centro de Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) divulgou o seu relatório anual referente ao ano de 2005.

O relatório pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico

http://www.intracen.org/docman/JAG_8326.pdf.

A Point Carbon disponibilizou o seu primeiro relatório anual referente à situação do mercado de carbono, intitulado Carbono 2006: em direção a um mercado verdadeiramente global. O relatório disponibiliza dados e valores do mercado europeu de carbono, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e do Mecanismo de Implementação Conjunta referentes a 2005. O relatório está disponível para download no site <http://www.pointcarbon.com/Research%20&%20Advisory/article15032-365.html>.

Organização do Direito Internacional do Desenvolvimento

A Organização do o Direito Internacional do Desenvolvimento realizará em Roma, Itália, entre os dias 11 e 22 de setembro deste ano, seminário intitulado Quadro jurídico da gestão de recursos hídricos. As candidaturas devem ser apresentadas até o dia 7 de julho. Maiores informações sobre o seminário podem ser obtidas através dos seguintes endereços: <http://www.idlo.int> e admission@idlo.int.

FIQUE DE OLHO!

OMC

No dia 17 de maio, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) analisou o primeiro relatório de implementação pelas Comunidades Europeias da decisão prolatada no caso do açúcar (DS265-266-283: European Communities - Export Subsidies on Sugar). Maiores informações sobre a reunião do OSC do dia 17 de maio podem ser obtidas em http://www.wto.org/english/news_e/news06_e/dsb_17m

ay06_e.htm. Informações sobre os casos DS265, DS266 e DS283 podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds265_e.htm, http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds266_e.htm, http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds283_e.htm.

Colômbia: acordos e negociações comerciais

No dia 17 de maio, em Berna, Suíça, o Chanceler da Suíça, Joseph Deiss, e o Ministro do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Jorge Humberto Botero, assinaram o Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos entre Suíça e Colômbia. Este acordo dispõe, dentre outros temas, sobre o tratamento do investimento estrangeiro no país receptor, sobre transferência de capital e procedimentos de solução de disputas. Além disso, a Colômbia assinou uma Declaração de Cooperação com os países membros do Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, sigla em inglês), o qual traz dispositivos sobre cooperação econômica e sobre promoção de investimentos e de comércio entre as partes. Entre os dias 5 e 9 de junho, ocorrerá, na Colômbia, a primeira rodada de negociações entre Colômbia, de um lado, e El Salvador, Guatemala e Honduras, de outro, com vistas à celebração de um Acordo de Livre Comércio. El Salvador e Honduras unir-se-ão à Guatemala nas negociações, já que esta havia assinado um Acordo Quadro com a Colômbia, no dia 28 de março deste ano. Este acordo previa um prazo não superior a seis meses para a negociação do Acordo de Livre Comércio, o qual deveria entrar em vigor a partir de 2007. Segundo o mesmo documento, o Acordo de Livre Comércio contemplará seis aspectos fundamentais: acesso a mercados; regras de origem e procedimentos aduaneiros; barreiras ao comércio; regras de procedimento e medidas de defesa comercial; compras governamentais; e serviços.

HBio, novo combustível

No dia 18 de maio, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, anunciou a criação de um novo tipo de combustível, chamado de Hbio. Trata-se, na verdade, de uma mistura entre óleo diesel (0%) e óleos vegetais, extraídos principalmente da mamona, do girassol, do dendê e da soja (10%). O novo combustível foi desenvolvido com o objetivo de diminuir a poluição gerada pela queima de óleo diesel e reduzir a dependência do petróleo.

Lista de nomes da biodiversidade brasileira

No dia 22 de maio, Dia Internacional da Diversidade Biológica, foi apresentada a chamada Lista Não Exaustiva de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumado no Brasil. Esta lista contém nomes de

espécies da flora brasileira e será enviada para os escritórios de registros de marcas de outros países, com o objetivo de evitar o registro de nomes tipicamente brasileiros como marcas estrangeiras, como ocorreu com o Cupuaçu (v. Pontes Quinzenal, v. 1, n. 8, 04/maio/06). A lista pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sti/publicacoes/lisBiodiversidade/listbiodiversidade.php>.

Reunião de Ministros do Meio-Ambiente da CPLP

Entre os dias 24 e 26 de maio, ocorreu a 3ª Reunião de Ministros de Meio Ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Brasília. No último dia da reunião, foi assinada a Declaração de Brasília, a qual expressa a disposição de seus Membros em trabalharem conjuntamente temas como biodiversidade, combate à desertificação, gestão dos recursos hídricos, dentre outros. Além disso, a reunião serviu para consolidar a iniciativa do Fórum Internacional que, a cada dois anos, reunirá os Ministros de Meio Ambiente dos países da CPLP. A próxima reunião do Fórum Internacional ocorrerá em Angola em 2008.

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.